



Banco Central quer criar regras para pagamentos internacionais

PF prende traficantes de drogas que atuavam no aeroporto de Guarulhos

Página 2

União paga R\$ 1,07 bilhão de dívidas de estados em novembro

Página 3

Segunda parcela do décimo terceiro deve injetar R\$ 106 bi na economia

Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que, no fim deste ano, o pagamento do décimo terceiro salário terá totalizado R\$ 267,6 bilhões. O montante é 6,2% maior do que os R\$ 251,9 bilhões pagos ao longo do ano passado, já descontada a inflação. Considerando a primeira parcela do benefício, paga aos 89,8 milhões de beneficiários até 20 de novembro, e os descontos incidentes sobre o décimo terceiro salário, a segunda parcela deve injetar R\$ 106,29 bilhões na economia. O valor médio do benefício equivale a R\$ 2.980, revelando, portanto, avanço real em relação aos R\$ 2.882 pagos em 2022.

Após dois anos de direcionamento predominante para o pagamento de dívidas, em 2023, os gastos no comércio (R\$ 37,35 bilhões) deverão voltar a liderar a intenção de alocação dos recursos oriundos da segunda parcela do décimo terceiro salário. A quitação e o abatimento das dívidas deverão consumir 34% dos recursos (R\$ 35,97 bilhões), seguidos por gastos no setor de serviços (R\$ 20,31 bilhões) e poupança (R\$ 12,66 bilhões).

O maior montante da segunda parcela do décimo terceiro salário, em relação ao ano passado, se deve ao aumento do nível de ocupação no mercado de trabalho. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), nos 12 últimos meses encerrados no terceiro trimestre deste ano, o contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado cresceu 2,3%, com a geração de 1,14 milhão de novas vagas.

Os trabalhadores na ativa respondem por 57% (50,9 milhões de beneficiários), enquanto, aposentados e pensionistas totalizam 38,9 milhões, sendo o valor médio mais elevado aquele pago aos aposentados e pensionistas do regime próprio da Previdência Social (R\$ 6.031) e o menor aos trabalhadores domésticos (R\$ 1.706).

Para o comércio, a concentração da segunda parcela do décimo terceiro no mês de dezembro representa o período de maior aquecimento das vendas. Historicamente, a chegada do último mês do ano coincide com um avanço médio de 25% nas vendas, sendo seu impacto ainda mais significativo em segmentos como vestuário e calçados (80%), livrarias e papelerias (50%) e lojas de utilidades domésticas (33%). (Agência Brasil)

“Crescente preocupação”, diz Lula sobre crise entre Venezuela e Guiana



Foto: Tania Régio/ABR

Página 6

Haddad e Pacheco pedirão à Justiça prazo extra para Minas pagar dívida

Página 4

Privatização da Sabesp ainda tem pontos em aberto e contestações

Página 6

Esporte

Osasco São Cristóvão Saúde recebe o Fluminense nesta sexta-feira

Osasco São Cristóvão Saúde recebe o Fluminense nesta sexta-feira (8), a partir das 21h, no ginásio José Liberatti. Com ingressos esgotados, mais uma vez o “sextou” osasquense na Superliga Bet7k vai ser com arquibancadas lotadas. O SporTV 2 transmite a partida. A página oficial do clube no YouTube, a Osasco Vôlei TV, também fará a cobertura, mas sem imagens (os direitos são reservados aos canais de TV por assinatura).

Osasco e Fluminense duelam pelo G4 na Superliga. Se

vencer por 3 sets a 0 ou 3 sets a 1, o time Camila Brait, Tiffany, Giovana, Lorene e cia. toma a quarta posição das cariocas. Com três jogos a menos que as adversárias do Rio de Janeiro, as osasquenses somam nove pontos (três vitórias e um resultado negativo), enquanto as rivais têm 11 (quatro resultados positivos e três derrotas). Assim, os três pontos colocarão a equipe de Luizomar com um de vantagem.

“Sabemos que o Fluminense é um time perigoso e que virá para Osasco pronto para endurecer a

partida e tentar nos vencer. Como sempre, treinamos e estudamos muito o time deles e estamos prontas. É sacar bem, executar o plano tático e ir com tudo para virar as bolas no ataque”, comenta a ponteira Tiffany, que completa. “E nunca é demais reforçar a importância da nossa torcida, que transforma o Liberatti num caldeirão.”

A última vez que recebeu o Fluminense no José Liberatti, Osasco foi implacável. O time comandado pelo técnico Luizomar derrotou o adversário por 3 sets a 0, dia 25 de março, pela retorno



Foto: @tkssport / @carol_fotografia

Callie e Tiffany no bloqueio

da fase de Classificação da Superliga 2022/23. No placar dos confrontos da temporada passada, empate em 1 a 1, com cada equipe fazendo valer o mando de quadra. “Será minha primeira vez contra elas, mas por tudo que estudamos e treinamos, sabemos que não devemos esperar vida fácil. Mas confio na força do nosso grupo e vamos buscar a vitória”, disse a central norte-americana Callie, terceira atacante mais eficiente do campeonato, com 56% de aproveitamento.

Copa São Paulo Light de Kart

Carioca Gabriel Fernandes quer comemorar títulos com vitória no terceiro turno

A Copa São Paulo Light de Kart encerra a sua temporada neste fim de semana (08 e 09/12), com a realização de sua 10ª e última etapa no Kartódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo. E o grande destaque do principal e mais competitivo certame regional do kartismo brasileiro é o carioca Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail), que em 2023 venceu sete das nove etapas disputadas na categoria F-4 Júnior, foi campeão do primeiro e segundo turnos, e lidera o terceiro turno que termina agora.

“Meu objetivo como sem-

pre é vencer. Quero encerrar o Light com chave de ouro”, exalta o piloto de 14 anos de idade, que este ano já comemorou os títulos de campeão Carioca (F-4 Jr), campeão do Estado do Rio de Janeiro (F-4 Jr) e Campeão da V11 Aldeia Cup (F-4 Jr) e vice-campeão Estadual do Rio de Janeiro (F-4 Graduados).

Esta rodada tripla de encerramento da Copa São Paulo Light de Kart marca o fim do terceiro turno, disputado em duas etapas – 5ª e 10ª -, sem descarrilhadas. Cada uma destas etapas é realizada com tomada de tempo, seguida das três provas. As duas primeiras corridas terão o mesmo número de voltas, que será menor que o número de voltas da 3ª bateria. A 1ª competição será classificatória

(grid) para a 2ª prova, sendo que os cinco primeiros do grid da 2ª corrida terão suas posições invertidas com o 1º colocado largando em 5º e o 5º colocado em 1º e assim por diante. O grid da 3ª bateria será o resultado da anterior, sem alteração de grid.

Neste final de turno serão 20 pontos em jogo: 16 pela vitória e 1 ponto de bonificação pela pole position, e mais 1 ponto pela volta mais rápida em cada uma das três baterias. Na classificação geral Gabriel Fernandes soma 86 pontos, 19 de vantagem sobre Victor Tieri. Já no terceiro turno, Gabriel lidera com a diferença de um ponto sobre Yassin Aboobakar e Victor Tieri, que somam 15 pontos. “Até agora, em algum mo-

mento liderei todas as baterias realizadas no ano e subi no pódio em todas as etapas. Meu Techspeed sempre esteve bem acertado pela eficiente equipe Nikima Racing/Dai Motorsport. Por isto, eu, minha família e meus apoiadores merecemos tudo o que conquistamos juntos. Então, vamos tentar vencer mais uma vez e sair mais campeão do que nunca e comemorando muito”, completou o representante da Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail.

Confira a pontuação oficial da F-4 Júnior na Copa São Paulo Light de Kart, depois de nove etapas: 1) Gabriel Fernandes, 86 pontos; 2) Victor Tieri, 67; 3)

Guilherme Bittencourt, 56; 4) Yassin Aboobakar, 50; 5) Nicolas Amaral, 47; 6) João Alécio, 37; 7) Heitor Vasconcellos, 32; 8) Enricco Abreu, 29; 9) Davi Alkimin, 28; 10) Miguel da Silva, 27.

Confira a pontuação do terceiro turno da F-4 Júnior: 1) Gabriel Fernandes, 16 pontos; 2) Yassin Aboobakar, 15; 3) Victor Tieri, 15; 4) João Alécio, 12; 5) Heitor Vasconcellos, 11; 6) Enricco Abreu, 10; 7) Paulo Dutra, 9; 8) Nicolas Amaral, 8; 9) Gui Bittencourt, 7; 10) Davi Alkimin, 7.

Gabriel Fernandes tem o apoio de Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail.

PF prende traficantes de drogas que atuavam no aeroporto de Guarulhos

SP estuda restaurar prédio do Instituto Biológico, que faz 100 anos em 2027

Símbolo da art déco na cidade de São Paulo, o Instituto Biológico (IB-APTA) completará 100 anos em 2027. Pensando nisso, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) estuda a viabilização de recursos para contemplar a restauração do prédio sede de grandes pesquisas e avanços para a agricultura do Estado.

Projetado pelo arquiteto Mário Whately na década de 1920, o prédio do IB foi inaugurado em meados de 1940 e é considerado um dos exemplares mais importantes da primeira modernidade na arquitetura paulistana.

A proposta é a realização da preservação dos espaços com

a empresa FormArte, que atua há mais de 25 anos elaborando, executando e assessorando projetos ligados à área de restauração de Patrimônio Histórico, com importantes obras como o projeto e gerenciamento do Edifício Altino Arantes (Farol Santander) e até mesmo a fachada do prédio da Secretaria da Agricultura quando comprado da Votorantim pelo Governo do Estado de São Paulo em 2014.

O projeto de restauro visa buscar parcerias com a iniciativa privada e mobilizar o apoio dessas empresas, principalmente do setor agropecuário. O projeto ainda será estudado para posteriores avanços conforme os protocolos.

A Polícia Federal (PF) prendeu na quinta-feira (7) nove traficantes de drogas que atuavam no Aeroporto Internacional de Guarulhos e ainda procura cinco que estão foragidos. A Operação Bota Fora foi deflagrada para cumprir, no total, 14 mandados de prisões temporárias e 18 de busca e apreensão contra esses traficantes, relativos a três investigações diferentes de grupos que enviavam cocaína para a Europa e África por meio do terminal em Guarulhos.

A droga era enviada em malas despachadas irregularmente

ou por meio do setor de cargas do aeroporto. Foram apreendidos no Brasil e no exterior quase 700 quilos de cocaína que tinham como destino a Alemanha (578 quilos), Portugal (77 quilos) e a Etiópia (37 quilos). Segundo a PF, parte dos suspeitos é considerada líder do tráfico na região de Guarulhos. Eles foram identificados em grupos de WhatsApp formados para organizar o envio da droga.

“Esses crimes acontecem por conta da fraca segurança orgânica do aeroporto que precisa melhorar muito e ter não só câme-

ras, mas mais sistemas de controle de quem se movimenta lá dentro. Se melhorar isso eu acredito que melhore bastante. E nós temos informação de que os funcionários que atuam são aliciados tão cedo quanto eles são contratados. Alguns já são parte do grupo criminoso e vão buscar o emprego ali indicados por alguém que já está lá dentro. Ou a pessoa entra e acaba sendo cooptada ao longo do tempo”, explicou o delegado Felipe Faé Lavareda de Souza.

Segundo Lavareda, para efetivar o envio da droga para fora,

o criminoso pega a etiqueta da mala de um passageiro e coloca em outra bagagem, onde está a substância ilícita. A orientação para que os passageiros evitem ter suas etiquetas e malar trocadas é que sejam tiradas fotos da mala com a etiqueta e do peso e junto com o passageiro no momento do check-in. “Isso comprova que a pessoa estava com uma mala de uma cor diferente da que foi pega na esteira. Além do peso diferente, isso já é um indicativo de que aquela mala que foi encontrada não é do passageiro.” (Agência Brasil)

Escolas da Rede Municipal de Educação recebem prêmio Estudantes em Ação

A Prefeitura de São Paulo, por meio do secretário da Controladoria Geral do Município (CGM), Daniel Falcão, e o secretário municipal de Educação, Fernando Padula, da Secretaria Municipal de Educação (SME), premiou na quinta-feira (07), as 10 melhores escolas classificadas na primeira edição do projeto Estudantes em Ação.

A ação, que é uma iniciativa da Controladoria Geral do Município em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, incentivou os professores, estu-

dantes e toda a comunidade escolar no desenvolvimento de práticas para promover ações transformadoras no contexto escolar, baseadas no exercício da cidadania ativa, da participação social, do controle social, dos direitos humanos e da cultura da paz e coletividade.

“Mais uma vez agradecer a Controladoria Geral do Município pelo Prêmio Estudantes em Ação. Os projetos são muito interessantes, envolvendo a comunidade de dentro da escola e do entorno. Identificando as questões. É um

exercício de cidadania. Algo que fica e vai transcender o espaço escolar. Portanto, parabéns a todos vocês”, enfatizou o secretário Fernando Padula.

A primeira colocada recebeu o valor de R\$30 mil, e a décima R\$5 mil. Já os Grêmios Estudantis receberam prêmios entre R\$3 mil e R\$8 mil reais. Os estudantes do time vencedor também terão a oportunidade de participar da ação “Um dia de Prefeito” em que visitarão o Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura de São Paulo, e par-

ticiparão de atividades especiais, com o objetivo de aprender sobre o trabalho do executivo de forma prática e didática.

“Todas as escolas que concluíram o desafio merecem ser parabenizadas pois as entregas mostraram capacidade de mudança da realidade e inovação, bem como envolver atores diversos da comunidade. 82 professores e mais de 1.200 participaram efetivamente das atividades. O que demonstra o sucesso dessa primeira edição”, destacou o Controlador Geral, Daniel Falcão.

Com células de inseto, Instituto Butantan desenvolve tecnologia para vacina contra Zica

Uma plataforma tecnológica feita no Instituto Butantan a partir do vírus Zika pode ajudar no desenvolvimento de uma vacina contra a doença, de acordo com estudo publicado na editora de pesquisa suíça Frontiers in Pharmacology. Os pesquisadores desenvolveram VLPs (do inglês virus-like particles), partículas que “imitam” o vírus, uma técnica que já é usada em outros imunizantes, como do HPV e da hepatite B.

Ainda sem vacina disponível no mercado, o Zika tem como principal impacto a microcefalia (malformação do cérebro), que acomete recém-nascidos de mães que foram infectadas durante a gestação.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), existem registros de circulação do vírus em 89 países. No Brasil, o Zika foi responsável por 50% das 3,7 mil infecções congênitas (transmitidas da mãe para o bebê) confirmadas entre 2015 e 2022, de acordo com o Ministério da Saúde.

Diferente de vacinas inativadas ou atenuadas, as VLPs não utilizam o vírus inteiro e não con-

têm material genético viral, somente fragmentos de proteínas. Elas se agrupam e formam uma partícula semelhante ao vírus que “engana” o organismo, ativando a resposta imune.

“As VLPs conseguem induzir alta resposta celular porque entram nas células, como os vírus, mas são incapazes de se replicar e causar doença. E as VLPs que acabam ficando na circulação sanguínea ativam a resposta de anticorpos”, afirma a pesquisadora Soraia Jorge, diretora do Laboratório de Biotecnologia Viral do Butantan, que coordenou o estudo.

As partículas foram produzidas em células de inseto, utilizando um baculovírus recombinante que carrega informações genéticas do Zika (e não infecta humanos). Na cultura celular de insetos, ambos se multiplicam. “Formam-se dois lotes: baculovírus modificados e VLPs de Zika, que nós conseguimos separar para obter somente as VLPs purificadas”, explica a cientista.

Nesse momento, as VLPs estão prontas para serem testadas em animais para avaliar a segu-

rança e imunogenicidade (capacidade de provocar resposta imune). Segundo Soraia, testes pré-clínicos conduzidos em outros países já demonstraram que partículas semelhantes ao Zika são imunogênicas, então a expectativa é que os resultados sejam positivos.

Além de ser segura e comprovadamente eficaz, a plataforma estudada há décadas pode ser aplicada no desenvolvimento de outras vacinas. “Podemos usar esse mesmo sistema de células de inseto em qualquer vírus semelhante ao Zika, como febre amarela e dengue, que são outros arbovírus. Temos estrutura e know-how para isso”, destaca Soraia, que também desenvolve VLPs do vírus da raiva e do SARS-CoV-2 por meio de outros sistemas. É possível produzir essas moléculas em bactérias, leveduras, plantas transgênicas e células de mamíferos e insetos.

O Zika é transmitido pelo mosquito Aedes aegypti – o mesmo que transmite dengue, chikungunya e febre amarela. A transmissão entre humanos também pode ocorrer de mãe para fi-

lho durante a gestação, ou por meio do contato sexual e transfusão de sangue. As principais complicações associadas à doença são a microcefalia e outras malformações em bebês e, em adultos, a síndrome de Guillain-Barré, doença do sistema nervoso caracterizada por fraqueza muscular, formigamento ou perda da sensibilidade.

O diagnóstico da doença é um desafio e a maioria das pessoas não apresenta sintomas. Nos casos sintomáticos, ocorre erupção cutânea, febre, conjuntivite, dores musculares e articulares, mal-estar e dor de cabeça, que duram de 2 a 7 dias. Como são sinais comuns a outras arboviroses, o diagnóstico precisa ser confirmado em testes laboratoriais.

“O desenvolvimento de uma plataforma de vacinas considerada segura, especialmente para aqueles que apresentam alto risco de sofrer os efeitos da infecção pelo Zika, como indivíduos imunocomprometidos e mulheres grávidas, é de extrema importância e uma prioridade de saúde pública”, ressalta o artigo dos pesquisadores do Butantan.

USP é a 8ª universidade mais sustentável do mundo em ranking internacional

Pela primeira vez uma universidade brasileira ocupa a 8ª posição no ranking – e a melhor da América Latina – segundo o UI GreenMetric World University Ranking 2023, divulgado na terça-feira (5), durante a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que está sendo realizada em Dubai, nos Emirados Árabes.

GreenMetric é uma rede global que reúne universidades de todo o mundo no desenvolvimento de projetos voltados à sustentabilidade ambiental nos próprios campi, na educação e pesquisas relacionadas ao tema e em ações promovidas junto à comunidade.

A USP subiu duas posições em relação ao ranking anterior. Nesta edição, das sete primeiras classificadas, seis são universidades europeias e uma é norte-americana.

Os critérios de avaliação no

ranking incluem a coleta de informações básicas sobre o tamanho da universidade e seu perfil de zoneamento, se urbano, suburbano ou rural; o grau de espaço verde, o consumo de eletricidade em relação à pegada de carbono; transporte, uso de água, gestão de resíduos, infraestrutura de configuração, energia e mudanças climáticas e programas de educação e pesquisa, políticas, ações e comunicação na área de sustentabilidade ambiental.

Nas primeiras posições estão a Universidade de Wageningen (Holanda), a Universidade Nottingham Trent (Reino Unido) e a Umwelt-Campus Birkenfeld (Alemanha). Entre as latino-americanas, depois da USP aparecem a Universidad Autónoma de Nuevo León (México), na 16ª posição, e a Universidad del Rosario (Colômbia), na 32ª. A Universidade Federal de Lavras (Ufla) é a segunda brasileira mais bem po-

sicionada, na 40ª posição.

A superintendente de Gestão Ambiental da USP, Patrícia Faga Iglesias Lemos, comemora o resultado, uma vez que este é um ranking que leva em conta muitos fatores, e avançar uma posição faz toda a diferença.

“Quanto mais perto do primeiro lugar chegamos, mais difícil fica, pois o ranking leva em conta desde o uso de energia até recursos naturais, educação e pesquisa. Por isso, a equipe da SGA fez um esforço muito grande de planejamento e acompanhamento de ações, buscando avançar no ranking”, diz.

A professora destaca, também, o trabalho conjunto entre professores, funcionários e alunos, além do apoio da atual gestão da Reitoria para a USP ser realmente mais sustentável.

GreenMetric
O UI GreenMetric World Uni-

versity Ranking foi criado pela Universidade da Indonésia (UI), em 2010. Na edição de 2023, 1.183 instituições foram avaliadas, de 85 países. A USP obteve 9.425 pontos dos 10 mil possíveis.

Para o professor Tadeu Fabricio Malheiros, da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), membro da SGA e responsável pelo preenchimento dos formulários do GreenMetric, a questão da sustentabilidade na USP já vem sendo implementada há muitos anos e dá como exemplo o USP Recicla, que tem mais de uma década.

“A diversidade entre os campi e os contextos específicos de cada um permitem a possibilidade de experimentar ações bastante diversas e com o engajamento da comunidade como um todo, o que fortalece os indicadores e reflete a maturidade da Universidade nesse contexto”, afirma.

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Uma nova reeleição do vereador-presidente Milton Leite (União) - no qual o Bivarismo declinou - pode mudar a atual composição dos que estarão na Mesa Diretora 2024 ?

PREFEITURA (São Paulo)

Questão da possível judicialização da desestatização (território paulistano) da Sabesp pode fazer com que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) faça mudanças no Secretariado 2024 ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Questão da possível judicialização - nos municípios (território paulista) da Sabesp pode fazer com que haja uma movimentação de parlamentares como nunca se viu com prefeitos ?

GOVERNO (São Paulo)

Questão da possível judicialização da Sabesp no Estado de São Paulo poderá ter o ex-adversário Geraldo Alckmin trabalhando como pacificador junto com Márcio Franca (PSB) ?

CONGRESSO (Brasil)

Deputados federais e senadores - governo PT Lula (3) tão preocupados com o que pode acontecer no caso de um avanço da Venezuela na Guiana, com reação militar norte-americana ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Presidente Lula (3º governo) parece não estar blefando quando sinaliza pra Maduro (Venezuela) que não traga qualquer guerra - militar com EUA - para nossa fronteira norte. Diplomacia ?

PARTIDOS

Uma coisa é Tarcísio [no Republicanos] até poder se filiar ao PSD [do Kassab]. Outra coisa é o governador de São Paulo abandonar o Republicanos, que o abrigou. E outra coisa é o Tarcísio se tornar ...

(Brasil)

... um ingrato em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro (no PL), sem o qual não teria ganho a eleição 2022. E de novo, o Datena está disponível pra ser vice de quem bancar. É assim que rolam as coisas na Terra ...

ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna [diária] de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por se tornar referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Banco Central quer criar regras para pagamentos internacionais

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campo Neto, afirmou na quinta-feira (7) que a autarquia vai trabalhar para a criação de regras para pagamentos internacionais, no contexto da presidência do Brasil no G20, grupo que reúne 20 das maiores economias do planeta. Segundo ele, a governança é o último grande problema que precisa ser resolvido para a conexão entre os sistemas, enquanto as questões tecnológicas e de liquidação já foram superadas.

“Uma das coisas que a gente quer fazer no G20, que foi um tema, inclusive, que eu propus, é fazer uma taxonomia, regras mínimas, de pagamentos internacionais. Eu estou trabalhando com o presidente do Banco Central da Itália, Fabio Panetta, para a gente desenhar um conjunto de regras, que são as regras que vão ser aplicadas. Uma vez que a gente resolveu o problema de tecnologia e de liquidação, essa é a

governança do pagamento internacional, os países que quiserem participar, têm que aderir mais ou menos a essas regras”, disse.

Campos Neto lembrou que cada país tem legislações e sistemas de tributação e regulação diferentes. “É um trabalho que a gente vai iniciar agora, no grupo do G20, junto com o G7, junto com o BIS [Banco de Compensações Internacionais], e eu acho que dá para avançar bastante nesse tema”.

A presidência do Brasil no G20, que começou no dia 1º de dezembro, tem duração de 1 ano e se encerra em 30 de novembro de 2024. É a primeira vez que o país ocupa essa posição na história do grupo no formato atual. O BC faz parte da trilha de finanças do G20, que trata de assuntos macroeconômicos e questões de financiamento. A outra trilha do G20 é a de política, mais ampla e onde se discutem políticas públicas.

Ao longo do mandato, o Brasil deverá organizar mais de 100 reuniões oficiais em várias cidades do país, que incluem cerca de 20 reuniões ministeriais, 50 reuniões de alto nível e eventos paralelos. O ponto alto será a 19ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro.

O presidente do BC fez palestra no Encontro Anual Drex 2023 e falou sobre o futuro digital do Sistema Financeiro Nacional.

Segundo Campos Neto, para a internacionalização da moeda brasileira, além da modernização da regulação cambial, que foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2021 e entrou em vigor em janeiro, o Banco Central criou o Drex, que é o real em formato digital.

Para Campos Neto, a transformação da economia passa pela conexão entre moedas digitais e a tokenização de ativos para negociação, que é a extração de valor de um ativo de forma digital.

No Brasil, segundo ele, essa agenda é integrada em quatro blocos fundamentais: o PIX, que é o sistema de pagamento instantâneo do BC; a internacionalização da moeda; o Open Finance, que é o compartilhamento de dados financeiros; e o Drex. Todos, de acordo com o Campos Neto, estão em desenvolvimento e evolução.

Nesse sentido, o presidente do BC também defendeu a implementação de um *marketplace* de serviços financeiros no Brasil, um sistema agregador das contas e informações financeiras dos cidadãos. Para ele, os bancos passarão a competir por canal e por “principalidade”, ou seja, o principal canal de acesso a esse ambiente de contas integradas.

“A gente está desembarcando em um caminho de *marketplace* de serviços financeiros. Se você tem quatro ou cinco contas de banco, não faz sentido ter quatro canais de entrada”, disse. (Agência Brasil)

União paga R\$ 1,07 bilhão de dívidas de estados em novembro

O Tesouro Nacional pagou, em novembro deste ano, R\$ 1,07 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte - R\$ 731,96 milhões - é relativa a atrasos de pagamento do governo estadual do Rio de Janeiro. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 221,52 milhões do Rio Grande do Sul e R\$ 76,51 milhões de Goiás.

A União também cobriu, no mês passado, R\$ 39,67 milhões de dívidas de Minas Gerais e R\$ 70 mil de débitos do município de Santanópolis (BA).

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado na quinta-feira (7), em Brasília, pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

No acumulado do ano, a União quitou R\$ 10,776 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 3,923 bilhões couberam ao estado do Rio de Janeiro, R\$ 2,919 bilhões a Minas Gerais, R\$ 1.334 bilhão ao Rio Grande do Sul e R\$ 844,33 milhões a Goiás.

O governo federal também cobriu garantias - ao longo de 2023 - do Maranhão (R\$ 681,40 milhões), de Pernambuco (R\$ 645,03 milhões), do Piauí (R\$ 334,22 milhões) e do Espírito Santo (R\$ 61,72 milhões). Em relação aos municípios, o Tesouro Direto quitou R\$ 32,82 milhões de dívidas em atraso de Taubaté (SP) e R\$ 240 mil de Santanópolis.

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro caiu em 2023. Em 2022, além dos estados acima, tiveram garantias honradas pela União Alagoas e Rio Grande do Norte.

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados - como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Posteriormente, a corte mediu negociações para a inclusão ou a continuidade de governos estaduais no regime de recupe-

ração fiscal (RRF), que prevê o parcelamento e o escalonamento das dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos. Nos últimos anos, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fecharam acordos com o governo federal.

No início da pandemia de covid-19, a corte concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não foram executadas por causa de liminares concedidas pelo Supremo.

Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao RRF, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. No fim de 2020, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal.

Em junho do ano passado, o estado, em acordo mediado pelo STF, concluiu as negociações com a União para continuar no RRF.

Também em junho de 2022, o Rio Grande do Sul fechou acordo com a União e teve o plano de recuperação fiscal homologado. O plano permite que o estado volte a pagar, de forma escalonada, a dívida da União, cujo pagamento estava suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal desde julho de 2017. Em troca, o governo gaúcho deverá executar um programa de ajuste fiscal que prevê desestatizações e reformas para reduzir os gastos locais.

Em maio de 2020, o STF autorizou o governo de Goiás a aderir ao pacote de recuperação fiscal em troca da adoção de um teto de gastos estadual. Em dezembro de 2021, Goiás assinou a adesão ao RRF, que permite a suspensão do pagamento de dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos.

O único estado endividado a não ter aderido ao RRF é Minas Gerais. Em julho do ano passado, o ministro Nunes Marques, do STF, concedeu liminar que permite ao estado negociar um plano de ajuste com a União sem a necessidade de reformar a Constituição estadual. No mesmo mês, o Tesouro Nacional publicou uma portaria autorizando o governo mineiro a elaborar uma proposta que oficialize o ingresso no programa.

Atualmente, a Assembleia Legislativa de Minas analisa um projeto de lei do RRF estadual. No fim de novembro, o governo concordou com a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de federalizar as estatais locais para pagar das dívidas do estado com a União. (Agência Brasil)

Paraná bate recorde em novembro e formaliza 15 mil contratações via rede Sine

O desempenho das Agências do Trabalhador e postos avançados de atendimento em novembro consolidou o Paraná na liderança do ranking nacional de empregabilidade via sistema Sine. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e divulgados pela Secretaria estadual do Trabalho, Qualificação e Renda, foram intermediados 15.064 contratos, o melhor resultado no Estado em 2023, com crescimento de 60% em relação ao mesmo período do ano passado (9.418 contratações) e de 19% em relação a outubro deste ano (12.567 intermediações).

O melhor resultado até então tinha sido em agosto, com 14.705 vagas. Com esse número, o Para-

ná ficou à frente de São Paulo (5.561), Ceará (4.770) e Rio Grande do Sul (4.146) em novembro.

As cidades que mais intermediaram mão de obra através das Agências do Trabalhador foram Curitiba (1.040), Toledo (663), Campina Grande do Sul (598), Cascavel (589), Francisco Beltrão (508), Pato Branco (451), São José dos Pinhais (441), Rolândia (392), Assis Chateaubriand (327), Campo Largo (309), Marechal Cândido Rondon (270), Paranavaí (234), Medianeira (223), Guarapuava (212), Apucarana (189), Umuarama (184), Dois Vizinhos (183), Cianorte (174), Campo Mourão (156) e Mandaguari (153).

No acumulado do ano, a rede Sine do Paraná colocou 136.658

pessoas em vagas de emprego, também liderando o cenário nacional, nesse caso com o dobro de intermediações realizadas em São Paulo (59.616) e Ceará (48.545), por exemplo. O Rio Grande do Sul aparece em quarto com 29.255 e a Bahia fica em quinto com 27.675.

“As contratações no Paraná em novembro representam 28% do total de 54.003 contratos intermediados pela Rede Sine em todo o País. É um número muito expressivo”, ressalta o secretário do Trabalho, Qualificação e Renda, Mauro Moraes. “O desempenho reflete uma série de ações adotadas pelo Governo do Estado para manter o Paraná como um celeiro de empregos. Caminhamos para chegar ao fi-

nal do ano com mais de 150 mil pessoas empregadas por intermédio das Agências do Trabalhador, um número que nenhum outro estado pode alcançar”.

O secretário lembra que na primeira quinzena de novembro, o Sine estadual chegou a intermediar 1.000 contratos de trabalho por dia útil, o que colaborou com o resultado obtido neste período. “Com um sistema totalmente digital de intermediação de mão de obra, o mais moderno do País, aliado aos mutirões e demais ações de empregabilidade que a pasta promove, tudo indica que as Agências do Trabalhador terão resultados ainda melhores no mês de dezembro”, destacou. (AENPR)

Brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,52 bilhões de valores a receber

Os brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,52 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro até o fim de outubro, divulgou na quinta-feira (7), em Brasília, o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R\$ 5,31 bilhões de um total de R\$ 12,83 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de outubro 16.847.044 correntistas haviam resgatado valores. Isso representa apenas 27,85% do total de 60.492.862 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro do ano passado.

Entre os que já retiraram valores, 16.035.064 são pessoas físicas e 811.980 são pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 40.583.355 são pessoas físicas e 3.062.463 são pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de

até R\$ 10 concentram 62,98% dos beneficiários. Os valores entre R\$ 10,01 e R\$ 100 correspondem a 25,71% dos correntistas. As quantias entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil representam 9,64% dos clientes. Só 1,68% tem direito a receber mais de R\$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Em março, informou o Banco Central, foram resgatados R\$ 505 milhões esquecidos. Em outubro, foram retirados R\$ 178 milhões, queda em relação ao mês anterior, quando tinham sido resgatados R\$ 264 milhões.

A atual fase do SVR tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no *Whatsapp* e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também haverá uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de um cronograma

por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, há a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informa a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também há mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) de quem fez o pedido.

Também foram incluídas fontes de recursos esquecidos que não estavam nos lotes do ano passado. Foram acrescentadas contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas, contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas e outros recursos disponíveis nas instituições para devolução.

Além dessas fontes, o SVR engloba os seguintes valores, já disponíveis para saques no ano

passado. Eles são os seguintes: contas-corrente ou poupança encerradas; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados; tarifas cobradas indevidamente; e parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas indevidamente.

O Banco Central aconselha o correntista a ter cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos. O órgão ressalta que todos os serviços do Valores a Receber são totalmente gratuitos, que não envia *links*, nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

O BC também esclarece que apenas a instituição financeira que aparece na consulta do Sistema de Valores a Receber pode contatar o cidadão. O órgão também pede que nenhum cidadão forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer tal tipo de pedido. (Agência Brasil)

Blocos ofertados pela ANP ameaçam unidades de conservação, diz estudo

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realiza seu 4º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão de blocos petrolíferos no próximo dia 13. O leilão, no entanto, recebeu críticas do Instituto Arayara, organização não governamental que defende o uso de recursos naturais de forma sustentável.

Um estudo divulgado na quarta-feira (6), pelo Instituto, mostra que vários dos mais de 600 blocos ofertados na rodada apresentam ameaças socioambientais. De acordo com o levantamento, por exemplo, 23 blocos estão sobrepostos a 15 unidades de conservação. Há ainda outras unidades em que os blocos estão sobrepostos a suas áreas de amortecimento.

Com isso, segundo o estudo, 366 quilômetros quadrados de unidades de conservação estão

ameaçados diretamente pela exploração e produção petrolíferas. São áreas como a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, no Nordeste, o Parque Estadual de Itaúnas e a Reserva Biológica de Comboios, ambos no Sudeste.

“Isso inclui áreas com potencial biológico e ecológico icônicas no país. A APA Costa dos Corais, por exemplo, é a maior área marinha protegida do Brasil. Ela tem 11 blocos de petróleo sobrepostos à sua porção sul, no litoral de Alagoas”, afirma Vinícius Nora, gerente de Oceanos e Clima do instituto.

O estudo também destaca que 11 blocos estão sobrepostos aos montes submarinos das cadeias oceânicas de Fernando de Noronha e Norte Brasileira, que não são uma área protegida, mas apresentam ecossistemas de recifes de

corais com grande biodiversidade.

Em fevereiro deste ano, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), vinculado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já havia divulgado uma nota alertando para o risco de desastre ecológico, caso haja exploração de petróleo na região.

Em outubro, a Agência Brasil noticiou que pesquisadores do Cepene e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) defendem a criação de uma área de proteção ambiental nas duas cadeias oceânicas.

Segundo o levantamento do Arayara, no total 94 blocos ofertados se sobrepõem a ambientes coralíneos prioritários para a preservação, previstos no Plano de

Ação Nacional (PAN) de Corais.

O estudo prossegue alertando para a ameaça a 23 terras indígenas, que têm 15 blocos ofertados em suas áreas de influência direta. “São 47 mil quadrados de área de influência direta de terras indígenas que estão afetadas na nossa análise, podendo impactar quase 22 mil indígenas. Até o momento, nenhuma dessas comunidades foi consultada”, explica Nora.

Além desse fato, 12 blocos se sobrepõem a cinco territórios quilombolas, onde vivem 5,6 mil pessoas. Segundo o Instituto Arayara, aqui tampouco as comunidades foram consultadas. “Obviamente há uma falta de cuidado com as comunidades tradicionais nesse caso”.

Há ainda, segundo o Arayara, riscos geológicos associados. Alguns blocos, no litoral de Ala-

goas, por exemplo, estão próximos da mina de sal-gema da Braskem, a qual está provocando afundamento do solo.

“Tem blocos ofertados nesse certame, com distância de 2,4 quilômetros dessa área que está em risco. Obviamente ainda carece de mais informações, mas o risco da área é muito evidente. Precisa de mais estudos, precisa de mais consultas, já que é uma região que está passando por uma situação super delicada”, diz Nora.

Por meio de nota, a ANP informou que seu diretor-geral, Rodolfo Sabaio, se reuniu na quarta-feira (6) com representantes do Instituto Arayara. Eles conversaram sobre os próximos ciclos de oferta permanente, mas o estudo não foi entregue à agência, de acordo com a ANP.

Segundo a agência, quaisquer estudos encaminhados formal-

mente pelo Instituto serão analisados.

AANP informou que, conforme previsto em resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o planejamento de outorga das áreas oferecidas na rodada de licitação levará em conta conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais.

“Para as áreas cujos estudos não tenham sido concluídos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sendo assim, os órgãos ambientais se manifestam oportunamente, na manifestação conjunta, antes da inclusão das áreas no edital”, informa nota da ANP. (Agência Brasil)



Página 5

CNPJ: 04.256.769/0001-26

Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma									
Balço Patrimonial				Demonstrao do Resultado do Exrcio					
Ativo	dez/21	dez/22	Passivo	dez/21	dez/22		dez/21	dez/22	
Ativo Circulante			Passivo Circulante						
Caixa	–	–	Fornecedores	–	–	(–) Impostos s/Serviços	66.612,48	74.314,40	
Bancos c/Movimentos	2,00	2,00	Obrigaes Tributrias	1.441,33	2.192,30	(2.431,35)	(2.712,49)		
Aplicao Financeira	190.452,32	2.464.893,48	Dividendos a Pagar	–	246.166,15	Receita Litigiosa	64.181,13	71.601,91	
Clientes	3.898,04	4.011,84	Contas a Pagar a Sócios	310.234,79	2.023.904,43	(–) CSP	–	–	
Depósito Judicial	–	146.599,62	Total Passivo Circulante	311.676,12	2.272.262,88	Lucro Bruto	64.181,13	71.601,91	
Impostos a Recuperar	1.310,81	1.310,81	Passivo No Circulante	–	–	Despesas Operacionais	–	–	
Total Ativo Circulante	195.663,17	2.616.817,75	Exigvel a Longo Prazo	–	–	(–) Despesas Gerais	(461.137,35)	(649.679,72)	
Ativo No Circulante	–	–	Total do Passivo No Circulante	–	–	(–) Despesas Financeiras	(13.837,44)	(1.396.142,22)	
Realizvel a Longo Prazo	–	–	Patrimnio Lquido	–	–	(+) Receitas Financeiras	3.694,82	183.678,35	
Investimento	–	–	Capital Social	6.222.425,00	5.656.750,00	(+) Outras Receitas	–	7.073.491,85	
Imobilizado	–	–	Lucros/Prejuizos Acumulados	(178.327,08)	(160.687,02)	(–) Outras Despesas	–	–	
Edifcios	10.210.943,97	9.095.943,97	Total Patrimnio Lquido	6.044.097,92	5.496.062,98	Resultado Operacional	(407.098,84)	5.282.950,21	
Terenos	33.544,50	33.544,50	Total do Passivo e Patrimnio Lquido	6.355.774,04	7.768.325,86	(+/-) Ganho/Perda na Venda do Imobilizado	–	(626.181,69)	
(-) Depreciao Acumulada	(4.084.377,60)	(3.977.980,36)	investimentos temporrios que possam ser sacados a qualquer momento com riscos insignificantes de alteraes de valor. No havendo informaes bancarias, significa que as mesmas no foram remetidas a contabilidade ou que, nestas, b) Contas a Receber: a) IRPJ			Resultado Operacional Antes do IR/CS	(407.098,84)	4.656.768,52	
Total Ativo No Circulante	6.160.110,87	5.151.508,11				IRPJ	(3.774,18)	(43.457,16)	
Total do Ativo	6.355.774,04	7.768.325,86							

1. Contexto Operacional empresa **Avenida Memorial S/A - CNPJ nº 04.526.769/0001-26**, situada à **Alameda Magalhães de Faria nº 4800 - Bairro Butantã - São Paulo/SP** constituída em 24/01/2001 tem como seu objeto social Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente. **2. Declaração de Conformidade e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas pelo grupo, de acordo com a Resolução nº 1.224/2001 do Conselho de Contas, as Normas do Conselho Federal de Contabilidade e a Legislação Societária. A Empresa informa que é optante pela tributação baseada no LUCRO PRESUMIDO. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** **a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e

CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACÃO, com sede na Rua Gerivitiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 "CRA", Titulares dos CRA, "Emissora", e "Emissora" respectivamente), a **PENTAGON S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário")**, e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para assembleia geral ("Assembleia"), a ser realizada em **27 de dezembro de 2023 às 14h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM/60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio"), aprovar o Edital de Convocação e a Assembleia Geral Extraordinária da FICAM de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/2028 CRA, emitida pela Devedora, em favor da Emissora, em 19 de novembro de 2021 ("**CPR-E**"). Para alterar a definição de EBÍDTA adjunta, constante na cláusula 8.9, item "(ii)" da CPR-F; sendo certo que a referida cláusula passará a vigor nos moldes do Anexo II do Material de Apoio, divulgado pela Emissora na mesma data da publicação do Edital de Convocação; b) Autorização para a concessão de prazo adicional para entrega, pela Emissora ao Agente Fiduciário, dos demais documentos listados no Anexo I da ata da assembleia e que constaram em material de apoio, até 30 dias, contados da data da Assembleia (inclusive); e c) autorização para que a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos, alterações, renúncias, acordos, transações, ajustes, negociações, atos jurídicos, atos administrativos, atos de fato, da Devedora, em especial a celebração do 4º (quarto) aditamento a CPR-F ("**Aditamento-CPR-E**"), que irá ocorrer após 30 dias após eventual aprovação deste item em Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.in; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares dos CRA presentes em Assembleia, conforme dispõe a cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas em primeira e segunda convocação com o quórum mínimo estabelecido no Anexo II do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio, nos moldes da cláusula 12.15, alínea "(iii)", item "(e)" do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aos titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgo.in e ao Agente Fiduciário para assembleas@pentagontrustee.com.br, imprimeiramente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, poderes especiais conferidos para sua representação; (d) quando o titular não estiver presente, o registro de comparecimento, a procuração ou o instrumento de delegação de poderes; (e) quando o representante legal não estiver presente, o registro de comparecimento, a procuração ou o instrumento de delegação de poderes; (f) quando o representante legal não estiver presente, o registro de comparecimento, a procuração ou o instrumento de delegação de poderes apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente; e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 06 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACÃO**

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

COM AGRUPONEJO DA "SUA UNICA" DA "S8" EMISSORA DA VIRGO "COMPANHIA DE SECURIZACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS" (AGENTE FIDUCIARIO), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em primeira convocação, para assembleia geral ("Assembleia"), a ser realizada em 27 de dezembro de 2023 às 15h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agruponejo da Emissora ("Termo de Securitização de Créditos do Agruponejo da Emissora") e o Edital de Oferta de Títulos de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 002/0208 RAR, emitida pela Devedora, em favor da Emissora, em 19 de novembro de 2021 ("CPRF", para referência a definição de EBITDA ajustado, constante na cláusula 8.9, item "II") da CPRF, sendo certo que a referida cláusula passará a vigor nos moldes do Anexo II do Material de Apoio, divulgado pela Emissora na mesma data da publicação do Edital de Ofertas; b) Autorização para a concessão de prazo adicional para entrega, pela Emissora ao Agente Fiduciário, dos demais documentos listados no Anexo I da ata da assembleia e que constarão em material de apoio, até 30 dias, contados da data da Assembleia (inclusive); c) autorização para que a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos e alterações, em especial a celebração do (s) quarto) aditamento a CPRF ("4º Aditamento CPRF"), que irá ocorrer até 30 dias após eventual aprovação deste item em Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA's está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.in e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um (um) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares dos CRA presentes em Assembleia, conforme dispõe a cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas em primeira e segunda convocação nos moldes da cláusula 12.15, alínea "ii", item "e)" do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aos(as) Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgo.in e ao Agente Fiduciário para assembleia@pentagonotrustee.com.br, imprimeiramente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, cópia do instrumento de procuração devidamente registrado em cartório e (d) manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 06 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURIZACAO**

CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 60 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2023

A RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 60 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2023, que dispõe sobre o procedimento de emissão e distribuição de títulos e valores mobiliários ("Agentes Fiduciários"), e os representantes da Emissora, a reuniram-se em primeira convocação, para assembleia geral ("Assembleia"), a ser realizada em 27 de dezembro de 2023 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissores ("Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio"), aprovar a emissão dos Títulos e Valores Mobiliários ("Títulos e Valores Mobiliários") de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 0037028/RJA, emitida pela Devedora, em favor da Emissora, em 19 de novembro de 2021 ("CPR-E"). Para a aprovação a definição de EBITDA Adjunto, constante na cláusula 8.9, item "(I)" da CPR-E; sendo certo que a referida cláusula passará a vigor nos moldes do Anexo II do Material de Apoio, divulgado pela Emissora na mesma data da publicação do Edital de Convocação. b) Autorização para a concessão de prazo adicional para entrega, pela Emissora ao Agente Fiduciário, dos demais documentos listados no Anexo I da ata da assembleia e que constarão em material de apoio, até 30 dias, contados da data da Assembleia (inclusive); e c) Autorização para que a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todos e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para elevação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas da Emissora, dentro do prazo máximo de 30 dias após a assinatura do presente Edital de Convocação, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 por dia, a partir dos 30 dias após eventual aprovação deste item em Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissores: www.virgoinc.com; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissores deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um (um) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares dos CRA presentes em Assembleia, conforme dispõe a cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas em primeira e segunda convocação por maioria simples dos Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento), mais um (um) dos CRA em circulação, nos moldes da cláusula 15, item "iii", do Termo de Securitização. Os procedimentos para acesso à Assembleia, por meio eletrônico, foram divulgados, de forma exclusiva, remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissores aqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissores para juridico@virgoinc.com e ao Agente Fiduciário para assembleas@pentagonotrustee.com.br, imprime-terivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissores disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos necessários para a participação na Assembleia, bem como a possibilidade de transmissão de voto eletrônico integralmente gravada. São Paulo, 14 de dezembro de 2023. VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO

CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

DO AGRONEGOCIO DA SERIE UNICA DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO
NACIONAL DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM CREDITO IMOBILIAR - CNPJ Nº 07.968.228/0001-90
COMPANHIA DE SECURITIZACAO, com sede na Rua Geratovich, nº 107, 16º andar, conjuntos 16.02A/B, CEP 05501-900
 "CRA", "Títulos do CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **PENTAGON5 S.A. DISTRIBUIDORA DE CRÉDITOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário")**, e os representantes da Emissora, a reunir-se em **primeira convocação**, para assembleia geral (**"Assembleia"**), a ser realizada em **27 de dezembro de 2023 às 17h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, com o tema Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CMV") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CMV 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissora ("**Termo de Securitização**"), para deliberar sobre: **a) Autorização** para que a Devedora e a Emissora celebrem no todo aditamento à "**CPR-F**", datado de novembro de 2021 ("**CPR-F**"), para alterar a definição de EBÍDTA Ajustado constante na cláusula 8.9, item "d)" da CPR-F, sendo certo que a referida cláusula passará a vigor nos moldes do Anexo II do Material de Apoio, divulgado pela Emissora na mesma data da publicação do Edital de Convocação; **b) Autorização** para a concessão de prazo adicional para entrega, pela Emissora ao Agente Fiduciário, dos demais documentos listados no Anexo I e da ata da Assembleia e que constarão em material de apoio, até 30 dias, contados da data da Assembleia (inclusive); e **c) autorização** para que a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas da Devedora, inclusive para obtenção de parecer jurídico necessário para a emissão de nota de crédito, bem como para a obtenção de eventual aprovação deste Item em Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares do CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgoinc.com; e (ii) no site da CMV www.cmv.org.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares do CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um (um) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares do CRA presentes em Assembleia, conforme dispõe a cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas em primeira e segunda convocação por Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos CRA em circulação, nos termos da cláusula 11.5, item "e)" do Termo de Securitização. A Assembleia poderá ocorrer por meio eletrônico, mediante o uso de uma ferramenta de comunicação remota, exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma Microsoft Teams, sendo possível acesso remoto, exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma Microsoft Teams, sendo possível acesso remoto por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aos titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgoinc.com e ao Agente Fiduciário para assembleas@pentagontrustee.com.br, imprimevavelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições gerais e (g) manifestação escrita. Conforme Resolução CMV 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos de natureza pública disponíveis no âmbito da Assembleia, desde que não haja risco de divulgação de informações sensíveis e sigilosas. São Paulo, 06 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO**

CNPJ/ME n.º 35.594.747/0001-08 - NIRE 35.300.590.92

IA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19

Data: **hora, local:** 10.07.2023, às 10 horas, na sede social, Estrada Doutor Alforedo Bandeira, 500, sala 1.103, Eugênio de Mello, São José dos Campos/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: José Leovigildo de Melo Chiofalo (RS); Secretário: Ricardo Azeiteiro. **Deliberações Aprovadas:** (i) o aumento do capital social, no valor de R\$ 3.636.126,44, mediante a emissão de 6.039 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo precatório de RS 602.11, para o valor de R\$ 4.404,44 com base na expectativa de rentabilidade futura da **Companhia**, nos termos do art. 170, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404/67, declarando e reconhecendo, os acionistas, de forma irrevogável e irretirável, que o referido precatório foi definido em observância às disposições legais, sem diluição injustificada da participação acionária. As ações São, neste ato, integralmente subscritas e integralizadas da seguinte forma: (a) **GP Partners International Ltd.**, CNPJ 43.797.690/0001-64, com sede Tortolá, neste ato representada na forma de sua **Memorandum of Association**, subscrito e integraliza, neste ato, do total de 5.979 novas ações, mediante aporte em dinheiro, no valor de R\$ 3.600.000,00, integralmente destinado à capital de capital social, valor este já previamente integralizado e transferido para a **Companhia**, conforme ratificado no Boletim de Subscrição, e (b) o Sr. **Fátimo Cipriano da Costa**, brasileiro, casado, subscrito e integraliza, neste ato, o total de 10 novas ações, mediante aporte em dinheiro, no valor de R\$ 44,44, e (c) o Sr. **Victor Hugo de Mello Chiofalo**, brasileiro, casado, subscrito e integraliza, neste ato, o total de 60 novas ações, mediante aporte em dinheiro, no valor de R\$ 36.126,44, estas que serão integralizadas em uma única parcela no prazo de até 35 dias a contar da presente data, mediante transferência para a **Companhia**, conforme ratificado no Boletim de Subscrição. O capital da **Companhia** passará de R\$ 7.897.003,23, dividido em 138.204 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 11.533.129,67, dividido em 144.243 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os demais acionistas renunciam, expressamente, ao exercício dos respectivos direitos de preferência na participação do aumento do capital da **Companhia** ora deliberado, aprovando, integralmente, a referida operação, em todos os seus termos e condições. (ii) A nova redação da Cláusula 5ª do Estatuto Social “**Cláusula Quinta – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em dinheiro, moeda corrente nacional, é de R\$ 11.533.129,67, dividido em 144.243 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de uma única classe e com direito a voto. §1º – Cada ação confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, as quais deliberarão serão tomadas na forma do presente Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas. §2º – A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista na lista de “Registros de Ações” da Companhia, mantida em nome da Companhia, e a assinatura do Acionista e sua identificação, para o que outra forma de garantia, em uso de usufruto ou fidejussimio, sem a anuência dos demais Acionistas, não é suficiente para a observância do Acordo de Acionistas da Companhia”. (iii) Ficam os Diretores da **Companhia** autorizados a praticarem todos os atos necessários à implementação do quanto deliberado nos itens anteriores. **Encerramento:** Nada mais. São José dos Campos/SP, 10.07.2023. **Mesa:** José Leovigildo de Melo Chiofalo (RS) - Presidente, Ricardo Azeiteiro - Secretário. JUCESP 387.072/23-8 em 27.09.2023. Maria Cristina Freire - Secretária Geral.**

CPNPI/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340/94

IMOBILIÁRIOS DA SERIE UNICA DA 67ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Unica da 67ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na Rua Cervantes, nº 92, bairro Vila Alpina, cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ nº 08.943.430/0001-88, sob o nome comercial de **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em primeira convocação, para Assembleia Geral ("Assembleia") a ser realizada em 27 de dezembro de 2023 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusulas 13.2.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Devedora") celebrado em 30 de novembro de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre:

a) Aprovar a contratação de assessor legal para fins de representação no âmbito da Ação Arbitral Requerida em Carter Antecedente nº 0844330-38.2023.8.19.0001 ("Medição Carteira"), em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Corte Especial do TJSP, sob o número 0844330-38.2023.8.19.0001, tendo como partes as Empresas de Capital Aberto da Devedora, suas obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pela Devedora e Light S.A.; b) Ratificar a contratação de assessor legal para fins de representação, em caráter preliminar, no âmbito da Medição Carteira, a fim de observar os prazos processuais aplicáveis, sendo certo que a referida contratação permanecerá até a efetiva deliberação do item "a" da Ordem do Dia; c) Realizar, oportunidade na qual o patrono poderá ser substituído por aquele definido pelos investidores; d) Aproveitar a realização de aporte de recursos na Conta Centralizadora (conforme definido no Termo de Securitização) do Patrimônio Caspato, a ser realizado pelos Titulares dosCRI, a depender da suficiência de recursos no Fundo de Despesas da Emissora;

e) Suspender, até seus atos atrelados à contratação objeto do item (a) acima e às despesas de manutenção da Emissão; f) Deliberar sobre as medidas a serem adotadas quanto ao plano de recuperação judicial, a ser votado na Assembleia-Geral de Credores da Devedora, realizada em 22 de maio de 2023, sob o número 0844330-38.2023.8.19.0001, tendo como partes as Empresas de Capital Aberto da Devedora, suas obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pela Devedora e Light S.A.; g) Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dosCRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgoinc.com.br; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de realização da Assembleia em primeira convocação, com a presença de Titulares dosCRI que representem, em primeira convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos da cláusula 13.4 do Termo de Securitização. As deliberações com relação aos itens (a), (b), (c), (d) e (e) da ordem do dia serão tomadas em primeira convocação com no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação presentes na Assembleia ou, caso contrário, em segunda convocação com qualquer número dos presentes à assembleia ou dos CRI presentes da respectiva Série. Desde que presentes no mínimo 20% (vinte por cento) dos Titulares dosCRI em Circulação, nos termos da cláusula 13.5 do Termo de Securitização, a Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através dos Titulares dosCRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gstao@virgoinc.com cópia para juridico@virgoinc.com e ao Agente Fiduciário em af.assembleias@oliveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identificação; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação legítima; (c) declaração assinada pelo representante legal da entidade emitente de CRI afirmando que é titular dos CRI em questão na Assembleia, obedecendo às condições legais; e (d) manifestação de voto conforme abaixo. O Titular do CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto a distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dosCRI na página eletrônica da CRI. A manifestação de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com uso de certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) não conter qualquer código que comprometa os respectivos dados. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 07 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

NPI/ME N° 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.94

RECEBEMOS CONVOCADOS DA 366ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO S.A.

(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

Ficam convocados os Titulares das Parcelas de Referência da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** (nova denominação da **ISEC SECURITIZADORA S.A.**), com sede na Rua Gerivalta, nº 207, q162, Butantã, São Paulo, SP - CEP 05501-900 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4 andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente Fiduciário**"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se, em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("**Assembleia**"), a ser realizada **antecipadamente em 27 de dezembro de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica, através da sua plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução CM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("**Resolução CM 60**"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.4. do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários ("**Termo de Securitização**"), deliberar sobre: (i) autorizar o Pagamento Antecipado Facultativo das Parcelas de Securitização (conforme definido no Termo de Securitização) em prazo inferior a 24 meses, nos termos da Resolução CM nº 60, de 23 de dezembro de 2021; (ii) aprovar o Termo de Securitização, no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), sem o acréscimo de prêmio mencionado na cláusula 6.9.1. do Termo de Securitização ("**Pagamento Antecipado Facultativo Autorizado**"); (iii) Casos aprovados o item (i) da Ordem do Dia, dispensar o prazo de comunicação prévia de 30 (trinta) dias, mencionado na cláusula 6.9.1. do Termo de Securitização, de modo que o Pagamento Antecipado Facultativo Autorizado seja realizado, pelo Devedor, até o dia 29 de dezembro de 2023, desde que a B3 seja comunicada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, contados da data pretendida para realização do Pagamento Antecipado Facultativo Autorizado; e (iv) Casos aprovados os itens (i) e (ii) da Ordem do Dia, autorizar que o Pagamento Antecipado Facultativo Autorizado obedeça à seguinte ordem de prioridade nos pagamentos, de forma que cada item somente será pago caso haja recursos disponíveis, livres de resgates antecipados e amortizações extraordinárias, após o cumprimento do item anterior: (a) Amortização das Parcelas Securitizadas; (b) Despesas do Patrimônio Separado; (c) Incorridas e não pagas até a data do pagamento mensal; (c) Encargos moratórios eventualmente decorrentes; (d) Juros e encargos de mora; (e) Encargos de custódia e administração; (f) Encargos de custódia e administração decorrentes das deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.ic.gov.br; e (ii) no site da CMV www.cmv.gov.br. A Emissora deve registrar, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares dos CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, excelsos, para os fins dos quóruns estabelecidos neste item, os CRI que não possuírem o direito de voto, conforme cláusula 14.4. do Termo de Securitização. As deliberações em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI serão tomadas por Titulares dos CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação em primeira convocação e por pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação presentes na assembleia em segunda convocação, conforme cláusula 14.8. do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet. O acesso à Assembleia será acessado a ser disponibilizado pela Emissora aos titulares dos CRI que desejarem entender o conteúdo da Emissão de CRI e a Assembleia em primeira convocação, no endereço eletrônico: rdg.vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, imprimevolmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, com vigência de no máximo 12 (doze) meses e obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("**Titular de CRI**") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância, juntamente com declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, imprimevolmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para cada uma das matérias das Ordens do Dia a distância, na sua página eletrônica de acesso à Assembleia e o envio do seu material de apoio, a ser disponibilizado pelo Titular do CRI, para a Assembleia da CMV. A manifestação de voto, a ser enviada, deverá conter a seguinte menção: inclusive com a identificação obrigatória sobre a declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica (ou com seus certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes atendendo-se os requisitos mencionados neste Edital. O envio da manifestação de voto a distância, sem o preenchimento e assinatura da declaração a respeito ou não de conflito de interesses previsto na mesma minuta, inviabilizará o respectivo cômputo do voto do Titular do CRI. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para a Emissora ou ao Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia e a manifestação de voto. Conforme Resolução CM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Emissora não poderá convocar Assembleia Geral durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

“Crescente preocupação”, diz Lula sobre crise entre Venezuela e Guiana

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quinta-feira (7), que está acompanhando com “crescente preocupação” a situação em Equessibo, território em disputa por Venezuela e Guiana, que faz também fronteira com o norte do Brasil. No último domingo (3), a Venezuela aprovou um referendo que torna a região parte do país. Há dois dias, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, determinou a criação de um estado na área disputada.

A preocupação do presidente Lula foi manifestada durante a abertura de reunião de cúpula dos países membros do Mercosul, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

“O Mercosul não pode ficar alheio a essa situação”, disse, ao pedir o apoio dos colegas sul-americanos a uma minuta acordada pelos chanceleres do bloco regional.

Não queremos que esse tema contamine a retomada do processo de integração regional ou constitua ameaça à paz e estabilidade”.

Lula defendeu que a Comunidade de Estados Latino-Ame-

ricanos e Caribenhos (Celac) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) sejam utilizadas para o encaminhamento pacífico da questão. O presidente brasileiro colocou o país à disposição para sediar “quantas reuniões forem necessárias” entre as partes envolvidas. A Venezuela é membro do Mercosul, mas está suspensa.

“Vamos tratar com muito carinho porque uma coisa que não queremos aqui na América do Sul é guerra”, enfatizou Lula. “Nós não precisamos de guerra, não precisamos de conflito. Nós precisamos de construir a paz”, completou.

Argentina

Além do mandatário brasileiro estão presentes no encontro o presidente Luis Lacalle Pou, do Uruguai; Santiago Peña, do Paraguai; e Alberto Fernández, da Argentina, que deixará o cargo dentro de três dias. Ele será substituído por Javier Milei, que fez campanha se mostrando crítico ao Mercosul.

Lula se disse triste pela última participação de Fernández

como um dos presidentes do Mercosul. O presidente salientou que é amigo do argentino.

“Sei o papel importante que você jogou nesse seu período de governo. Lamentavelmente, eu acho que você merecia melhor sorte, a economia merecia melhor sorte, mas aconteceu o infortúnio da pandemia e de uma seca”, lamentou.

O presidente da Bolívia, Luis Arce, também está no Rio de Janeiro. O encontro do Mercosul sela a adesão do país andino ao bloco regional, faltando apenas procedimentos internos bolivianos.

“Estamos nos aproximando, efetivamente, de realizar um sonho da integração entre Atlântico e Pacífico”, disse Lula, adiantando que será apresentado um programa de ligação logística dos países, com estruturação de rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos. O BNDES ajudará a financiar o projeto.

Singapura

O presidente classificou como um passo importante a assinatura de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e Singapura. É o primeiro acordo do tipo do Mercosul em 11 anos e o primeiro com um país asiático.

“O acordo tem o potencial de estimular a atração de investimento”, ressaltou Lula, acrescentando que, em 2022, Singapura foi o 11º maior investidor global.

União Europeia

Havia a expectativa para o anúncio da assinatura de um tratado de comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE). As

negociações tinham sido aceleradas nas últimas semanas. Mas no sábado (2), durante a COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o presidente da França, Emmanuel Macron, manifestou contrariedade aos termos.

Lula afirmou que sonhava com a assinatura do tratado. “Nunca na história do Mercosul se converso com tanta gente”, disse. “Fiz um apelo ao Macron para ele deixar de ser tão protecionista”. O presidente citou que pediu até ajuda do primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, para tentar convencer o francês.

Lula explicou ainda que a versão do acordo herdada do governo passado era “inaceitável”. “Nos tratava como se fôssemos seres inferiores. Como se fôssemos país colonizado ainda”. O presidente citou como exemplo questões ligadas às compras governamentais. “Não dá para a gente abrir como eles queriam que a gente abrisse”, declarou.

“As resistências da Europa ainda são muito grandes. Eu estranho a falta de flexibilidade de eles entenderem que nós ainda temos muita coisa para crescer, temos o dever de nos industrializar”.

O próximo país a assumir a presidência pro tempore por 6 meses é o Paraguai. Lula incentivou o presidente paraguaio a não desistir e brigar pelo acordo.

Outra crítica de Lula à UE é a dificuldade de os europeus reconhecerem a credibilidade de dados sul-americanos sobre desmatamento. “Nós tratamos a questão ambiental com muita seriedade. Tenho compromisso público de que vamos chegar em

2030 com desmatamento zero”, prometeu o presidente. De acordo com Lula, o Brasil reduziu o desmatamento pela metade este ano. Ele lembrou ainda que a COP30, em 2025, será realizada em Belém, no Pará.

Itamaraty

Já após o discurso do presidente Lula, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro divulgou o comunicado conjunto Mercosul-União Europeia. O texto diz que as duas partes “estão engajadas em discussões construtivas com vistas a finalizar as questões pendentes”.

A nota acrescenta que houve avanços consideráveis nos últimos meses. “Com base nos avanços efetuados até a presente data nas negociações, ambas as partes esperam alcançar rapidamente um acordo que corresponda à natureza estratégica dos laços que as vinculam e à contribuição crucial que podem oferecer para enfrentar os desafios globais em áreas como o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e o multilateralismo”, diz o texto.

Participação social

A reunião entre os presidentes dos países do Cone Sul foi precedida pela retomada da Cúpula Social, que não acontecia de forma presencial havia 7 anos. Movimentos da sociedade civil tiveram dois dias de encontros no Museu do Amanhã e elaboraram uma carta que foi entregue aos líderes. No documento, há sugestões e demandas sociais como defesa do meio ambiente, combate à fome, dignidade para trabalhadores e políticas

de direitos humanos.

“Essa gente representa o que a gente tem de vivo na nossa sociedade e vão nos ajudar”, declarou.

Regulamentação das redes

Lula sugeriu aos demais presidentes a criação de uma comissão especial para discutir democracia, informação e ambientes digitais. Para ele, o assunto precisa ser tratado globalmente.

Precisamos estar sempre atento às novas ameaças e atualizar nossos mecanismos de regulação. Vamos nos equipar para garantir o direito de liberdade de expressão ao mesmo tempo que coibimos o discurso de ódio, a desinformação e as práticas abusivas das grandes empresas de tecnologia”.

Mercosul

O Mercosul é um processo de integração regional iniciado em 1991, formado inicialmente pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nas décadas seguintes foram aprovados os ingressos da Venezuela e Bolívia. Desde 2017, a Venezuela está suspensa pelo não cumprimento de cláusulas democráticas do bloco. São países associados Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

As trocas comerciais dentro do bloco multiplicaram-se mais de dez vezes desde sua criação, saltando de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 46 bilhões em 2022.

O bloco abrange uma área de 14.869.775 quilômetros quadrados – o Brasil detém 57% – e uma população de 295 milhões de habitantes, sendo mais de 200 milhões de brasileiros. (Agencia Brasil)

Justiceiros aumentam violência e ameaçam Estado Democrático de Direito

Declarando-se insatisfeitos com os episódios de assaltos violentos em seu bairro, grupos de moradores de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, resolveram fazer justiça com as próprias mãos e se unir contra os criminosos. Por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, passaram a convocar outras pessoas a reagirem aos roubos na área turística carioca e a se vingarem de suspeitos desses crimes.

Vídeos e mensagens veiculados pela imprensa carioca mostram pessoas incitando a agressão contra os assaltantes. Em um dos vídeos, um jovem diz que é preciso que os próprios moradores resolvam o problema, uma vez que a polícia não o faz. Também é possível ver imagens de grupos de jovens perseguindo suspeitos de roubo.

A coordenadora do Grupo de Estudos de Novas Illegalidades da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF), Carolina Grillo, ressalta que fazer justiça com as próprias mãos é crime e uma ameaça ao Estado Democrático de Direito.

“O fundamento do Estado Democrático de Direito é que o monopólio da violência legítima seja sempre do Estado. Só quem é autorizado a fazer uso da força para o cumprimento da lei é o Estado, mediante suas instituições competentes, as forças policiais a guarda municipal. Quando você tem cidadãos comuns querendo fazer justiça com as próprias mãos, eles estão privatizando o uso da violência”, afirma a pesquisadora.

Segundo ela, esse não é um fenômeno novo no Brasil. O ato de fazer justiça com as próprias mãos, ou seja, de resolver crimes de uma forma que seja à margem da lei, é encontrado, por exemplo, em áreas dominadas pelo tráfico de drogas ou pela milícia. Nas zonas rurais, há fazendeiros que têm seu próprio exército de capangas.

Mesmo a ação de grupos de moradores justiceiros não é inédita. Em 2014, um adolescente de 15 anos foi preso nu em um poste no Aterro do Flamengo, na zona sul da cidade.

“Essa é uma ação bárbara, que não se submete ao império da lei. A gente já tem um problema crônico com isso no Brasil, onde o monopólio da violência legítima nunca conseguiu se efetivar. Não podemos fazer vista grossa para esse tipo de atitude, porque isso é um risco para democracia, um risco para o Estado de Direito”, destaca Carolina.

Pesquisador do Laboratório de Análise da Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/Uerj), o coronel reformado da Polícia Militar Robson Rodrigues explica que a noção de fazer justiça com as próprias mãos é reflexo de uma

mistura do medo da população em relação às notícias de violência e à ideia popular de que o Estado é incapaz de resolver o problema da criminalidade.

“O medo é justo. A reação é que é perigosa. Existe um risco de aumentar ainda mais a violência. E também de abrir a oportunidade para que o mercado de segurança clandestina privada se amplie. Grupos clandestinos milicianos podem se aproveitar desse medo difuso”, afirma Rodrigues.

Outro risco é a vitimização de pessoas inocentes por esses grupos ilegais de “justiceiros”, principalmente de jovens negros e pobres. “É evidente que as populações que acabam sendo alvos da ação desses justiceiros são jovens negros pobres. Os critérios de seleção das pessoas que serão submetidas a esse tipo de prática acabam sendo racistas e classistas. Isso é claro que agrava ainda mais um problema crônico no Brasil, que é o racismo”, ressalta a pesquisadora.

Para ela, é preciso pensar em como melhorar a atuação das instituições de segurança pública, de forma que a população possa compreender que é possível acreditar que os crimes podem e devem ser resolvidos pelo Estado. Além disso, é preciso que a sociedade entenda que os conflitos não devem ser resolvidos por meio da privatização do uso da força.

Robson Rodrigues explica que a polícia precisa se antecipar aos problemas da criminalidade, aumentando e melhorando sua presença nos locais, não só para reprimir as ocorrências criminais como para ampliar a sensação de segurança na população. Isso evitaria o surgimento de grupos de justiceiros.

“É necessário que o governo haja rapidamente, até porque são ocorrências previsíveis, sazonais [que ocorrem mais no período de primavera e verão], em virtude das características daquela região”, afirma o pesquisador.

Em relação aos crimes de roubos, a Polícia Militar informou que vai ampliar a coordenação com outras instituições públicas, como a Secretaria de Ordem Pública da cidade do Rio, aumentar as abordagens e melhorar a distribuição do policiamento.

A Polícia Civil informou que investiga a ação de pessoas que praticam roubos e furtos na região.

Em relação aos “justiceiros”, a Polícia Civil destacou que a delegacia da área já está investigando a existência desses grupos de moradores “que estão planejando e organizando ataques no bairro”. De acordo com a polícia, alguns deles já foram identificados e estão sendo intimados a prestar esclarecimentos. (Agencia Brasil)

Governo lançará portal com dados sobre os principais programas sociais

Uma nova plataforma de transparência ativa sobre programas e ações do governo federal estreia a partir desta sexta-feira (8). Trata-se do ComunicaBR, uma ferramenta *online* criada para facilitar o acesso da população a dados e execução de programas como Mais Médicos, Brasil Sorridente, Farmácia Popular, Bolsa Atleta, obras do novo

PAC, Minha Casa Minha vida e crédito rural, entre outros.

“Nós queremos oferecer uma ferramenta que vai permitir que a imprensa e qualquer cidadão tenham todas as informações sobre o governo. Uma ferramenta de transparência, prestação de serviço e utilidade pública”, disse o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência

da República (Secom), Paulo Pimenta.

Segundo a Secom, o ComunicaBR vai disponibilizar informações sobre “entregas” nas mais diferentes áreas, como conclusão de obras, número de beneficiários de programas sociais e transferências de recursos, por exemplo. Essas informações podem ser consultadas fazendo recortes por

Privatização da Sabesp ainda tem pontos em aberto e contestações

Ainda existem contestações e questionamentos em aberto após a aprovação do projeto de lei que autoriza a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Na quarta-feira (6), a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a proposta do governo paulista que permite a venda do controle acionário da estatal.

Para entrar em vigor, é preciso que o texto seja sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas, o que deve ocorrer em breve, uma vez que o projeto é de autoria do Executivo.

A Sabesp oferece os serviços de água e esgoto a partir de contratos com as prefeituras. Os termos dos contratos precisarão ser revisados pelas administrações e câmaras municipais.

Nesse processo, a cidade de São Paulo tem atenção especial. A capital paulista é responsável por quase metade da base de clientes da companhia, que atende 28 milhões de pessoas em 375 municípios.

O Tribunal de Contas do

Município (TCM) tem enviado questionamentos à prefeitura paulistana sobre como está sendo preparada a transição em um cenário no qual a privatização da Sabesp se concretize. Ontem os conselheiros enviaram um novo ofício pedindo esclarecimentos do Executivo municipal. Um dos pontos de interesse do tribunal é saber se o atual contrato de saneamento será prorrogado até 2060.

O governo estadual tem negociado diretamente com os municípios para que façam a renovação do contrato de concessão por mais 20 anos além do previsto inicialmente. O TCM quer também saber se, no caso de renovação contratual, o município receberá algum tipo de compensação.

Outro ponto que os conselheiros querem entender é se a prefeitura está preparada para assumir os serviços de saneamento se houver extinção do termo com a Sabesp. A análise do contrato após a privatização deve passar também pelos vereadores na Câmara Municipal.

“Nós acreditamos que a Câ-

mara Municipal, não só de São Paulo, mas principalmente de São Paulo, joga um papel fundamental, porque, se os municípios não concordarem com o processo de privatização, a privatização não acontecerá”, diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, José Antonio Faggian. A privatização já vem sendo debatida pelos vereadores paulistanos nos últimos meses.

O sindicato pretende continuar fazendo pressão contra a venda do controle da estatal. Um dos focos da disputa é a contestação jurídica do processo. Os trabalhadores organizados acreditam que a privatização da empresa só seria possível por uma proposta de emenda à Constituição do estado.

Uma ação civil pública movida por deputados e vereadores do PT em São Paulo pede a nulidade do contrato firmado entre o governo estadual e a International Finance Corporation (IFC), instituição membro do Grupo Banco Mundial, que foi respon-

sável pelo estudo técnico que deu parecer favorável à desestatização da companhia.

Os riscos da capital paulista entrar em uma disputa judicial com a Sabesp são outro ponto sob avaliação do TCM.

Apesar dos obstáculos políticos e jurídicos, o governo do estado pretende concluir a venda do controle acionário da empresa até julho de 2024. Atualmente, metade das ações da empresa está sob controle privado, sendo que parte é negociada na B3 (bolsa de valores brasileira) e parte na Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos. O governo de São Paulo é o acionista majoritário, com 50,3% do controle da empresa. O projeto prevê a venda da maior parte dessas ações, mas com o governo mantendo poder de veto em algumas decisões.

A intenção do governo é colocar as ações à venda na bolsa de valores. Esse trâmite deve seguir as determinações da Comissão de Valores Mobiliários. (Agencia Brasil)

CGU e PF criam grupo para enfrentamento integrado à corrupção

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal (PF) decidiram integrar parte dos esforços empenhados no combate ao desvio de recursos públicos. Na quinta-feira (7), o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, e o diretor-geral da PF, Andrei Augusto Passos Rodrigues, assinaram uma portaria conjunta que cria o Grupo Integrado de Enfrentamento aos Crimes de Corrupção e Des-

vio de Recursos Públicos.

“Firmamos, hoje, uma importante parceria”, comentou o ministro ao assinar o acordo, durante evento em comemoração ao Dia Internacional contra a Corrupção (9 de dezembro). “Com ações coordenadas, capazes de abordar as complexas faces do fenômeno da corrupção [...] aumentamos a capacidade de detecção. E, quanto maior for nossa ca-

pacidade de descobrir ilícitos, menores serão os incentivos para que agentes públicos ou privados atuem de forma ilegal”, acrescentou Carvalho, explicando que a parceria possibilitará que CGU e PF criem mais um canal de diálogo e es- treitem os laços a fim de construir estratégias conjuntas.

“Inclusive, dando escala a determinadas investigações e operações que podem desencadear

ações que investiguem outros crimes como lavagem de dinheiro e outros tipos de ilícitos”, afirmou o ministro, segundo nota divulgada pela assessoria da CGU.

“Esse estreitamento de laços reafirma o compromisso da PF com os interesses do Estado brasileiro”, comentou o diretor-geral da PF, frisando que o acordo reforçará a atuação conjunta no combate à corrupção. (Agencia Brasil)